

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.338 - MG (2019/0302515-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ADVOGADOS : ANA CAROLINA VIEIRA GONÇALVES DA SILVA -**  
**MG070048**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : ANA PAULA GOMES DE OLIVEIRA MENDES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **ANA PAULA GOMES DE OLIVEIRA MENDES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que a paciente foi condenada pela prática do crime previsto no art. 155, *caput*, c/c o art. 71, por três vezes, c/c o art. 61, I, e art. 65, III, "d", todos do Código Penal, à pena de 2 anos e 3 meses de reclusão, no regime aberto, substituída a pena corporal por duas restritivas de direitos, com o pagamento de 22 dias-multa (e-STJ, fls. 13-16).

Irresignadas, defesa e o *Parquet* interpuseram recurso de apelação, perante o Tribunal de origem, que lhes deu parcial provimento, conforme a seguinte ementa:

"APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO - FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS (CP, ART. 155. § 4º, INCISO IV) SENTENÇA CONDENATÓRIA - RECURSO DA ACUSAÇÃO - RECONHECIMENTO DA FIGURA QUALIFICADA - POSSIBILIDADE - RECURSO DA DEFESA - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - PENA BASE - REANÁLISE - REDUÇÃO DA FRAÇÃO REFERENTE À CONTINUIDADE DELITIVA - VIABILIDADE - REDUÇÃO DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA - PLEITO DE ISENÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS - MATÉRIA PERTINENTE AO JUÍZO DE EXECUÇÃO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

- O conjunto probatório formado nos autos demonstra a prática, pelo réu, do crime tipificado no art. 155, § 4º, IV. do CP, sendo apto a fundamentar édito condenatório.

- Havendo incorreção do juízo a quo no que se refere à valoração negativa dos vetores previstos no art. 59 do Código Penal, mostra-se necessária a reestruturação da pena-base fixada na sentença.

Diante da valoração favorável de todas as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, a pena-base deve ser fixada no mínimo legal.

A fração de aumento da continuidade delitiva deve variar conforme o número de infrações, de forma que sendo praticados três delitos, impõe-se o aumento de 1/5 (um quinto).

Se o *quantum* da prestação pecuniária imposta á agente afigura-se exacerbado á hipótese, desproporcional diante da condição

# Superior Tribunal de Justiça

econômica da ré, de rigor a sua redução.

Conforme estipula o artigo 804 do Código de Processo Penal, a condenação nas custas decorre de expressa previsão legal, devendo suposta impossibilidade de pagamento ser analisada pelo juízo da execução, quando exigível o encargo" (e-STJ, fl. 17).

Opostos embargos de declaração ao aresto, foram rejeitados (e-STJ, fls. 59-63).

Assevera a defesa que o Tribunal de origem fixou a pena corporal total de 2 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão, no regime inicial aberto, mas houve a expedição automática de mandado de prisão em desfavor da paciente.

Requer, assim, liminarmente, a concessão da ordem, para que seja determinada "a suspensão dos efeitos do acórdão guerreado até julgamento final do *writ*, expedindo-se, via de consequência, o competente alvará de soltura em favor da paciente" (e-STJ, fl. 7).

## **É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Após, retornem conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator